

CAPÍTULO 5

PESQUISA QUALITATIVA: APONTAMENTOS, CONCEITOS E TIPOLOGIAS

Ângela Mara de Barros Lara
Adão Aparecido Molina

INTRODUÇÃO

Ao trabalharmos com metodologia da pesquisa, especialmente na área das Ciências Humanas, percebemos as dificuldades que os alunos encontram para compreender o que é pesquisa qualitativa e para viabilizar sua metodologia durante os trabalhos que realizam. Alunos da graduação ou da pós-graduação levantam questionamentos sobre esse tipo de pesquisa e sua metodologia confundindo, muitas vezes, a proposta teórica e o método com os procedimentos na pesquisa.

Este texto procura auxiliar no entendimento do que é a pesquisa qualitativa nas ciências humanas, bem como no desenvolvimento de propostas metodológicas nessa área. Num primeiro momento localizamos a pesquisa qualitativa no tempo, ou seja, buscamos o seu surgimento na América Latina, discutindo a dicotomia entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa e, também, sobre as bases dessas investigações na educação.

Num segundo momento, apresentamos o conceito e a tipologia da pesquisa qualitativa dialogando com vários autores sobre esse tema. Como contraponto apresentamos “outros tipos de pesquisa” que estão vinculados à pesquisa quantitativa, pois, acreditamos que a pesquisa qualitativa pode e deve ser mediada, em sua coleta de dados, por outros tipos de pesquisa. Assim sendo, é necessário ir além da dicotomia entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa. Em função disso, entendemos que ao apresentarmos esses teóricos e os encaminhamentos para a pesquisa, possibilitamos uma discussão mais ampla entre os pesquisadores e os seus orientadores.

DISCUTINDO A DICOTOMIA ENTRE A PESQUISA QUALITATIVA E A PESQUISA QUANTITATIVA

Depois de centralizar a discussão sobre a formação do pesquisador nas técnicas e metodologias, na década dos 70, de destacar a importância das teorias (críticas e não críticas) nos anos 80 e da discussão sobre os paradigmas epistemológicos no começo da década dos anos 90 e, ainda, de anunciar a crise dos paradigmas na segunda metade dessa última década, hoje parece ganhar consistência a discussão em torno das teorias do conhecimento que fundamentam a pesquisa educacional. As teorias do conhecimento tornam-se espaços mais amplos que permitem um debate que compreende as anteriores dimensões da pesquisa (técnicas, métodos, teorias, epistemologias) e ajuda a elucidar melhor as tendências atuais da pesquisa e suas relações com o mundo da necessidade e dos desafios da educação no limiar do próximo milênio (GAMBOA, 2000, p. 14).

Alguns termos são fundamentais para iniciar esta discussão, por isso é preciso buscar no Dicionário Aurélio as definições de palavras como: teoria, teoria do conhecimento, pesquisa, metodologia e método.

Teoria é conhecimento especulativo, meramente racional; conjunto de princípios fundamentais duma arte ou duma ciência; Doutrina ou sistema fundado em princípios e opiniões sistematizadas. **Teoria do conhecimento** é o estudo do Valor e dos limites do conhecimento, e especialmente da relação entre sujeito e objeto – GNOSIOLOGIA. **Pesquisa** é ato ou efeito de pesquisar; indagação ou busca minuciosa para averiguação da realidade, investigação, inquirição; investigação e estudo, minudentes e sistemáticos,

com o fim de descobrir ou estabelecer fatos ou princípios relativos a um campo qualquer do conhecimento. **Metodologia** é a arte de dirigir o espírito na investigação da verdade; estudo dos métodos e, especialmente, dos métodos das ciências. **Método** é o caminho pelo qual se atinge um objetivo; programa que regula previamente uma série de operações que se devem realizar, apontando erros evitáveis, em vista de um resultado determinado; processo ou técnica de ensino: método direto; modo de proceder; maneira de agir; meio (FERREIRA, 1987).

No dicionário estes verbetes apresentam uma visão da discussão que é fundamental para o entendimento do conhecimento científico que leva ao desenvolvimento da pesquisa.

Para fazer pesquisa é necessário ter uma dúvida, um questionamento, uma pergunta. Fala-se do problema, o que se quer investigar? É a partir desta dúvida ou desta pergunta inicial, que parte do senso comum, que se procura a teoria e o método que fundamentarão a pesquisa. Parece simples colocar as coisas nestes termos, tenho um problema, procuro uma teoria, uma metodologia e está resolvido o meu projeto de pesquisa. Bom, é claro que o conhecimento científico não é elaborado de forma simplista, este entendimento seria temerário e porque não dizer ingênuo. Ao propor uma discussão de base científica são necessários: clareza, rigor, domínio de conceitos, teorias e métodos.

É neste sentido que iniciamos a discussão da pesquisa qualitativa. Muitos autores já fizeram um histórico sobre essa forma de fazer pesquisa¹, é importante, entretanto salientar que na América Latina ela surgiu na década dos setenta do século vinte. O enfoque da educação na região possui aspectos qualitativos, por essa razão é imprescindível compreender que o ensino sempre apresentou um destaque pela sua realidade qualitativa, como salienta Triviños (1987). O que nos motiva a entender o percurso da pesquisa qualitativa na região é justamente a ideia de perceber as perspectivas e os fundamentos da pesquisa educacional no Brasil.

A pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa vêm sendo tratadas de variadas formas por diferentes pesquisadores, mas escolhemos um encaminhamento para tratarmos desta questão. No que tange à dicotomia entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa procuramos fundamentar esta discussão sob a teoria de dois autores: Silvio Sanchez Gamboa e José Camilo dos Santos Filho, teóricos que tratam das questões da pesquisa e auxiliam na compreensão desta dicotomia. Ela é necessária? É cabível? Para Gamboa (2000) este conflito é falso, ou seja, ele aparece enquanto reducionismo no que diz respeito às alternativas de pesquisa considerando apenas as opções técnicas sem observar outros processos e níveis no desenvolvimento da pesquisa científica. É preciso que se avance nesta discussão, tendo em vista que é necessário admitir a distinção entre níveis técnicos, metodológicos, teóricos e epistemológicos. Conforme o autor anteriormente citado, deve-se racionalizar as formas de articulação entre os níveis.

A questão perpassa as bases históricas nas quais os paradigmas da pesquisa estão inseridos. Faz-se necessário, portanto, ressaltar dois pontos, conforme aponta Santos Filho (2000). 1º) Problema do contexto histórico, ou seja, as bases conceituais da discussão atual estão enraizadas em ideias do século XIX; 2º) É necessário discutir as teses da incomensurabilidade, da complementaridade e da unidade dos paradigmas nas Ciências Humanas e na Educação.

Cabe levantar o contexto histórico dos paradigmas da pesquisa nas décadas passadas, onde na década de 1980 os paradigmas dominantes das ciências humanas e da educação eram: qualitativo-realista, quantitativo-realista e neomarxistas, este último desafiando a hegemonia dos dois anteriores a partir do final dos anos 1970. Os neomarxistas tratam as categorias de quantidade e qualidade na perspectiva da dialética materialista, conforme Santos Filho (2000). É preciso refletir sobre a possibilidade da superação desta contradição entre as pesquisas qualitativas e quantitativas. A defesa neste momento é com relação à unidade dos paradigmas.

Os diferentes níveis, tipos e abordagens de problemas educacionais, e os diversos objetos de pesquisa requerem métodos que se adequem à natureza do problema pesquisado. Em última instância, porém, essas abordagens e metodologias precisam contribuir para a explicação e compreensão mais aprofundada dos fenômenos humanos

¹ Os autores que já fizeram um histórico sobre a pesquisa qualitativa foram Gamboa (2000); Santos Filho (2000); Lara (1992); Triviños (1987); Hirano (1987) entre outros.

que, pela sua grande complexidade necessitam, ser pesquisados sob os mais diferentes ângulos e segundo as mais variadas metodologias. A tolerância e o pluralismo epistemológico justificam a não admissão de uma única *ratio* e a aceitação do pluralismo teórico-metodológico nas ciências humanas e da educação. Finalmente, cabe observar que a controvérsia continua e, por isso, o contato com os clássicos das ciências sociais, especialmente Durkheim, Weber e Marx, sempre será fecundo no aprofundamento e na discussão das raízes filosófico-históricas e teórico-metodológicas do problema do objeto e da metodologia das ciências humanas e da educação. Por outro lado, os teóricos das ciências humanas e da educação precisam familiarizar-se com as correntes atuais de filosofia das ciências, pois estas constituem uma base importante para clarificar e fundamentar as diferentes teses sobre o problema da incompatibilidade, complementaridade ou unidade dos paradigmas de pesquisa nessas ciências (SANTOS FILHO, 2000, p. 54-55).

Retornamos a Gamboa (2000) para salientar uma das questões que levantamos no início deste texto, isto é, a dificuldade para entender a diferença entre o método e a técnica. As técnicas, por si só, não se tornam alternativas para a pesquisa, suas opções só têm sentido num enfoque epistemológico, onde são utilizadas ou elaboradas para superar o dualismo da pesquisa quantitativa versus qualitativa. Deve-se relativizar a dimensão técnica inserindo-a num todo maior que lhe dá sentido tornando-a parte do processo de pesquisa.

Elas devem ser o instrumental que efetivará o método. Neste sentido, cabe perceber, que os enfoques empírico-analíticos e os enfoques etnográficos e fenomenológicos devem ser compreendidos e trabalhados no intuito de sua superação.

Nesta discussão do método surgem duas visões:

1º) aqueles que defendem a existência de um único método científico, unidade entre ciência e método, tendo como único conhecimento válido o científico;

2º) devem existir apenas dois métodos científicos – o das ciências exatas e naturais e o das ciências humanas e sociais.

A preocupação do teórico nesta discussão é justamente com os riscos na redução das alternativas, da pesquisa em ciências sociais, em apenas duas abordagens epistemológicas fundadas nas tradições positivistas/ fenomenológicas: situar num mesmo campo diferentes concepções de ciência e excluir as terceiras opções.

Conforme Gamboa (2000) é fundamental concluir esta discussão afirmando a procura de uma possível síntese, que justifique a superação dos falsos dualismos técnicos e metodológicos, é preciso então:

1º) superar a postura mais radical que critica toda tentativa de conciliação entre os modelos de pesquisa;

2º) aceitar diferentes modalidades de trabalho tolerando a coexistência de modelos e admitir a conveniência de se trabalhar com formas quantitativas e qualitativas como um modo de completar e ampliar informações com base em pontos de vista diferentes;

3º) propor uma síntese que supere os falsos dualismos e as dicotomias epistemológicas existentes entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa.

No que diz respeito à dicotomia entre a pesquisa qualitativa e quantitativa, temos na primeira modalidade um fundamento teórico que partia da discussão da Fenomenologia e do Marxismo e na segunda modalidade os fundamentos eram do Positivismo e do Empiricismo. A partir daí surgiram dois tipos de enfoques:

Os enfoques subjetivistas-compreensivistas, com suporte nas ideias de Schleiermacher, Weber, Dilthey e também em Jaspers, Heidegger, Marcel, Husserl e ainda Sartre, que privilegiam os aspectos conscienciais, subjetivos dos atores (percepções, processos de conscientização, de compreensão do contexto cultural, da realidade a-histórica, de relevância dos fenômenos pelos significados que eles têm para o sujeito).

Os enfoques crítico-participativos com visão histórico-estrutural-dialética da realidade social que partem da necessidade de conhecer (através de percepções, reflexão e intuição) a realidade para transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos (Marx, Engels, Gramsci, Adorno, Horkheimer, Marcuse, Fromm, Habermas etc.) (TRIVIÑOS, 1987, p. 117).

CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA QUALITATIVA

É importante apresentar, a partir daqui, o conceito e as características da pesquisa qualitativa. Para alguns autores a Pesquisa Qualitativa é uma “expressão genérica”. Deve-se verificar que ela possui atividades de investigação que se apresentam de forma específica e possuem características de traços comuns. Devendo-se perceber dois aspectos: o primeiro, as peculiaridades da pesquisa qualitativa e o segundo, as modalidades dos tipos de investigação.

A pesquisa qualitativa surgiu na antropologia de maneira mais ou menos naturalística, e na sua tradição antropológica ficou conhecida como investigação etnográfica. Alguns a definem como sendo “o estudo da cultura”². Cabe aqui salientar algumas de suas denominações:

A pesquisa qualitativa é conhecida também como "estudo de campo", "estudo qualitativo", "interacionismo simbólico", "perspectiva interna", "interpretativa", "etnometodologia", "ecológica", "descritiva", "observação participante", "entrevista qualitativa", "abordagem de estudo de caso", "pesquisa participante", "pesquisa fenomenológica", "pesquisa-ação", "pesquisa naturalista", "entrevista em profundidade", "pesquisa qualitativa e fenomenológica", e outras [...]. Sob esses nomes, em geral, não obstante, devemos estar alertas em relação, pelo menos, a dois aspectos. Alguns desses enfoques rejeitam total ou parcialmente o ponto de vista quantitativo na pesquisa educacional; e outros denunciam, claramente, os suportes teóricos sobre os quais elaboraram seus postulados interpretativos da realidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 124).

As bases teóricas do pesquisador no início da utilização da pesquisa qualitativa eram dominadas pelo Funcionalismo e pelo estrutural funcionalismo, com raízes no positivismo, exemplificadas pela Antropologia de Malinowski³. Na década de 1970 foram três bases teóricas que influenciaram a pesquisa qualitativa: o enfoque estrutural-funcionalista, o enfoque fenomenológico e o enfoque histórico-estrutural que emprega o método materialista dialético.

Estas três bases teóricas, a estrutural-funcionalista, a fenomenológica e a materialista dialética, tornam impossível uma definição da pesquisa qualitativa em termos que satisfaçam os requisitos destas direções fundamentais. Por isso, o teor de qualquer enfoque qualitativo que se desenvolva será dado pelo referencial teórico no qual se apóie o pesquisador.

[...] cabe levantar três ressalvas. Em primeiro lugar, esta dificuldade para definir a pesquisa qualitativa com validade absoluta não significa que não sejamos capazes de caracterizá-la através de peculiaridades essenciais que justifiquem sua existência. [...] Em segundo lugar, apesar de haver afirmado que a dimensão teórica da pesquisa qualitativa seria dada pelo pesquisador, devemos afirmar, sem que isto se constitua numa proposição essencial, que o tipo de pesquisa qualitativa denominada "pesquisa participante" (ou "participativa") pode prestar-se melhor a um enfoque dialético, histórico-estrutural que tenha por objetivo principal transformar a realidade que se estuda.

Em terceiro lugar, não obstante reconhecer os obstáculos que existem para caracterizar genericamente a pesquisa qualitativa, vamos intentar esboçar um corpo de ideias que trazem uma linha identificadora deste tipo de investigação. Nossa tentativa peca, talvez, por ser relativamente parcial, já que, quando assinalamos traços peculiares, estamos com a ideia em mente, de maneira principal, do enfoque qualitativo de natureza fenomenológica (TRIVIÑOS, 1987, p. 125-126).

² Spradley (1979 apud TRIVIÑOS, 1987, p. 121).

³ Bronislaw Kasper Malinowski (1884-1942). Antropólogo polonês nascido em Cracóvia, um dos mais importantes antropólogos do século XX e conhecido como o fundador da antropologia social. Disponível em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/BronKMal.html>.

Outra questão importante sobre a pesquisa qualitativa é a tratada por Bogdan (1982 apud TRIVIÑOS, 1987, p. 128-130) onde se destaca a investigação do tipo fenomenológico e da natureza histórico-estrutural, dialética. O autor apresenta cinco características:

1º) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; 2º) A pesquisa qualitativa é descritiva; 3º) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; 4º) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa [...].

É importante ressaltar os pressupostos que servem de fundamentos para a pesquisa qualitativa, conforme registra Triviños (1987). Segundo esse autor, no Positivismo esses pressupostos foram considerados como óbvios ou não investigáveis. O enfoque fenomenológico valorizou a análise dos pressupostos, porque entendia que os significados que os sujeitos davam aos fenômenos dependiam essencialmente dos pressupostos culturais próprios do meio no qual viviam. No que diz respeito à pesquisa de caráter Histórico-Estrutural-Dialético, ela não ficou somente na compreensão dos significados que surgiam dos pressupostos, mas buscou as raízes desses pressupostos “[...] as causas de sua existência, suas relações num quadro amplo do sujeito como ser social e histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos diversos meios culturais” (TRIVIÑOS, 1987, p. 130).

O teórico que é a base desta discussão sugere alguns esclarecimentos importantes com relação ao processo de investigação sobre a pesquisa qualitativa.

1º) A pesquisa qualitativa não segue sequência tão rígida das etapas assinaladas no desenvolvimento da Pesquisa Quantitativa;

2º) O pesquisador deve iniciar sua investigação, apoiado numa fundamentação teórica geral, numa revisão aprofundada da literatura em torno do tópico em discussão. A maior parte do trabalho se realiza no processo de desenvolvimento do estudo. A necessidade da teoria surge em face das interrogativas que se apresentarão no decorrer do estudo;

3º) As variáveis deverão ser descritivas e seu número pode ser grande;

4º) Com relação à população e amostra:

- Na pesquisa fenomenológica os recursos podem ser aleatórios para fixar amostra, buscando uma representatividade do grupo maior de sujeitos;
- A pesquisa Materialista-Dialética não reconhece a dicotomia qualidade/quantidade, podendo apoiar-se na estatística para determinar a representatividade da amostragem.

Cabe enfatizar que para Triviños (1987, p. 133) o pesquisador, que utiliza o enfoque qualitativo, poderá contar com uma liberdade teórico-metodológica para desenvolver seus trabalhos. “[...] Os limites de sua iniciativa particular estarão exclusivamente fixados pelas condições da exigência de um trabalho científico [...]”.

A socióloga e pesquisadora Maria Cecília de Souza Minayo, escrevendo sobre a pesquisa qualitativa, explica que essa modalidade de pesquisa responde a questões que são muito específicas. Para ela, a pesquisa qualitativa, nas Ciências Sociais, trabalha com uma realidade que não pode ser apenas quantificada, porque essa realidade possui um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Tudo isso corresponde a relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos apenas a operações variáveis.

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2003, p. 22).

Essa autora afirma também que, o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõe, ao contrário, esses dados se complementam, pois a realidade que eles abrangem exclui a

dicotomia e interage dinamicamente. Do ponto de vista dessa concepção, pode-se perceber que a pesquisa qualitativa não exclui a utilização de dados quantitativos, que podem complementá-la.

Nesta unidade do texto procuramos discutir as questões teóricas e os fundamentos que possibilitam um conhecimento mais aprofundado sobre a pesquisa qualitativa, discutindo a dicotomia entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa, bem como o conceito e as características da pesquisa qualitativa. A necessidade deste enfoque sobre a pesquisa qualitativa oportuniza a compreensão dos diferentes tipos de pesquisa e como se pode utilizá-los.

TIPOS DE PESQUISA QUALITATIVA

A partir daqui apresentamos os tipos de pesquisa qualitativa encontrados em alguns autores que nos auxiliaram no levantamento desta discussão, cabe apresentá-los para que os usuários possam aprofundar suas investigações nas obras aqui referenciadas: Triviños (1987), Lüdke e André (1986), André (1995), Engers (1994), Coulon (1995a), Coulon (1995b), Thiollent (1988), Orlandi (1996), Fazenda (1994), Rey (1998), Gil (1987), Medeiros (2000).

A divisão utilizada no texto se dispõe em dois segmentos: o primeiro apresenta os tipos de pesquisa qualitativa que são aqueles que buscam a apreensão de um fenômeno em maior profundidade e o segundo apresenta outros tipos de pesquisa que poderão auxiliar no desenvolvimento das pesquisas, complementadas por este material de apoio investigativo.

1 O Estudo de Caso

Definição:

É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente. Duas circunstâncias devem ser observadas:

- Natureza e abrangência da unidade;
- Complexidade do estudo de caso determinado pelos suportes teóricos que servem de orientação ao trabalho do investigador.

Tipos:

1º) Estudos de Casos histórico-organizacionais: O interesse do pesquisador recai sobre a vida de uma instituição. A unidade pode ser uma escola, uma universidade, um clube etc. O pesquisador deve partir do conhecimento que existe sobre a organização que deseja examinar.

2º) Estudos de Casos observacionais: Podemos dizer que esta é uma categoria típica de pesquisa qualitativa. A técnica de coleta de informações mais importante dela é a observação participante que, lembramos, às vezes, aparece como sinônima de enfoque qualitativo.

3º) O Estudo de Caso denominado História de Vida:

Geralmente, a técnica utilizada para a investigação em “História de Vida” é a entrevista semi-estruturada que se realiza com uma pessoa de relevo social (escritor famoso, cientista célebre, filantropo esclarecido, político de renome etc.), ou com uma pessoa de uma vila popular (como a antiga professora, presidente da Associação de Mães, operários distintos, uma família qualquer etc.). A entrevista aprofunda-se cada vez mais na “História de Vida” do sujeito (BOGDAN, 1982 apud TRIVIÑOS, 1987, p. 134-136).

Características fundamentais:

1. Os estudos de caso visam à descoberta. Mesmo que o investigador parta de alguns pressupostos teóricos iniciais, ele procurará se manter constantemente atento a novos elementos que podem emergir como importantes durante o estudo. O quadro teórico inicial servirá assim de esqueleto, de estrutura básica a partir da qual novos aspectos poderão ser detectados, novos

elementos ou dimensões poderão ser acrescentados, na medida em que o estudo avance. [...] o pesquisador estará sempre buscando novas respostas e novas indagações no desenvolvimento do seu trabalho.

2. Os estudos de caso enfatizam a "interpretação em contexto". Um princípio básico desse tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. Assim, para compreender melhor a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas devem ser relacionadas à situação específica onde ocorrem ou à problemática determinada a que estão ligadas.

3. Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda. O pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo. Esse tipo de abordagem enfatiza a complexidade natural das situações, evidenciando a inter-relação dos seus componentes.

4. Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação. Ao desenvolver o estudo de caso, o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes.

5. Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas. O pesquisador procura relatar as suas experiências durante o estudo de modo que o leitor ou usuário possa fazer as suas "generalizações naturalísticas". Em lugar da pergunta: este caso é representativo do quê? O leitor vai indagar: o que eu posso (ou não) aplicar deste caso na minha situação? A generalização naturalística ocorre em função do conhecimento experiencial do sujeito, no momento em que este tenta associar dados encontrados no estudo com dados que são frutos das suas experiências pessoais.

6. Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social. Quando o objeto ou a situação estudada, podem suscitar opiniões divergentes, o pesquisador procurará trazer para o estudo essa divergência de opiniões, revelando ainda o seu próprio ponto de vista sobre a questão. Desse modo é deixado aos usuários do estudo tirarem conclusões sobre esses aspectos contraditórios.

7. Os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessíveis do que os outros relatórios de pesquisa. Os dados do estudo de caso podem ser apresentados numa variedade de formas, tais como dramatizações, desenhos, fotografias, colagens, slides, discussões, mesas-redondas etc. Os relatos escritos apresentam, geralmente, um estilo informal, narrativo, ilustrado por figuras de linguagem, citações, exemplos e descrições. É possível também que um mesmo caso tenha diferentes formas de relato, dependendo do tipo de usuário a que se destina. A preocupação aqui é com uma transmissão direta, clara e bem articulada do caso e num estilo que se aproxime da experiência pessoal do leitor. Pode-se dizer que o caso é construído durante o processo de estudo; ele só se materializa enquanto caso, no relatório final, onde fica evidente se ele se constitui realmente num estudo de caso.

Em vista dessas várias características, pode-se indagar: em que o estudo de caso se distingue de outros tipos de pesquisa? A preocupação central ao desenvolver esse tipo de pesquisa é a compreensão de uma instância singular. Isso significa que o objeto estudado é tratado como único, uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada. Desse modo, a questão sobre o caso ser ou não ser "típico", isto é, empiricamente representativo de uma população determinada, torna-se inadequada, já que cada caso é tratado como tendo um valor intrínseco (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 18-20).

2 Etnográfico/Etnometodológico:

Etnográfico

Definição:

A etnografia é um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. Etimologicamente etnografia significa "descrição cultural". Para os antropólogos, o termo tem dois sentidos: (1) um conjunto de técnicas que eles usam para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social; e (2) um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas. (ANDRÉ, 1995, p. 27).

Engers (1994, p. 66) postula que Latorre *et al.* (1990), com base em estudos anteriormente desenvolvidos, explicitam que esta abordagem de pesquisa descreve "etnoi", que significa "outros" em grego, ou seja, é uma descrição detalhada do modo de vida dos outros grupos de indivíduos ou raças (LATORRE *et al.*, 1990 apud ENGERS, 1994, p. 66).

Características do tipo de pesquisa etnográfica na educação:

- 1- Técnicas > observação participante, entrevista intensiva e análise de documentos, princípio de interação entre o pesquisador e o objeto pesquisado;
- 2- O pesquisador é o instrumento principal na coleta e análise de dados;
- 3- Ênfase no processo, naquilo que está ocorrendo e não no produto ou nos resultados finais;
- 4- Preocupação com o significado, maneira própria com que as pessoas crêem em si mesmas, suas experiências e o mundo que as cerca. O pesquisador deve apreender e retratar a visão pessoal dos participantes;
- 5- Envolve um trabalho de campo;
- 6- Descrição e indução, ela utiliza grande quantidade de dados descritivos;
- 7- Busca a formulação de hipóteses, conceitos, abstrações, teorias e não sua testagem.
Visa à descoberta de novos conceitos, novas relações, novas formas de entendimento da realidade.

Alternativa metodológica de investigação educacional:

[...] a Etnografia busca descrever, compreender e interpretar os fenômenos educativos que têm lugar no contexto escolar. É evidente que sempre se vincula à teoria e à descrição através de uma visão holística, naturalista e indutivista, que caracteriza a abordagem em questão (ENGERS, 1994, p. 67).

Perspectivas teóricas para estudar educação:

1ª) Ecologia cultural - o etnógrafo volta-se para um grupo específico e seleciona a teoria cultural que dê suporte para explorar o comportamento, as ações ou origens do analfabeto ou recursos do grupo ou comunidade;

2ª) Etnografia da comunicação - o pesquisador se detém na compreensão do fenômeno "alfabetização" para um grupo específico. O etnógrafo centralizará sua atenção nas ações e interações entre os membros do grupo, tanto interna como externamente a este. [...] Este utiliza a Cultura como orientação conceitual, a base teórica como abordagem do estudo do cotidiano do grupo e estabelece limites que servem para formulação das questões, planejamento de métodos e técnicas de coleta e análise de dados (ENGERS, 1994, p. 68).

O lugar do pesquisador:

É imprescindível que o investigador tenha presente seu grau de envolvimento na pesquisa, pois ele ocupa lugar de destaque para descrição e compreensão da relação e inter-relação do cotidiano escolar. A intensidade do envolvimento varia de acordo com as necessidades do trabalho e as opções feitas. O pesquisador atua como observador, entrevistador e analista entre teoria e empiria. Há autores que indicam um longo tempo de permanência em campo, para que o pesquisador possa descrever, concretamente, as relações que emergem desse cotidiano. Porém, parece que o importante é compreender esses fatos emergidos no e do grupo (ENGERS, 1994, p. 69).

Etnometodológico:

Definição:

A etnometodologia é a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar. Para os etnometodólogos, a etnometodologia será, portanto, o estudo dessas atividades cotidianas, quer sejam triviais ou eruditas, considerando que a própria sociologia deve ser tratada como uma atividade prática. Como observa George Psathas, a etnometodologia se apresenta como "[...] uma prática social reflexiva que procura explicar os métodos de todas as práticas sociais, inclusive os seus próprios métodos". Diferenciando-se nisto dos sociólogos que geralmente consideram o saber do senso comum como "[...] categoria residual", a etnometodologia analisa as crenças e os comportamentos de senso comum como os constituintes necessários de "[...] todo comportamento socialmente organizado" (PSATHAS 1980 apud COULON, 1995a, p. 30).

Método ou indiferença metodológica:

Os estudos etnometodológicos sobre as estruturas formais se destinam ao estudo de fenômenos como, por exemplo, suas descrições pelos membros, quaisquer que sejam, abstando-se de todo juízo sobre a sua pertinência, seu valor, sua importância, sua necessidade, sua "praticidade", seu sucesso ou consequência. Damos a esse modo de proceder, o nome de "indiferença metodológica". Nosso trabalho não consiste em modificar, elaborar, contribuir, detalhar, dividir, explicar, fundamentar a relação do raciocínio sociológico profissional, como tampouco a nossa indiferença a essas tarefas. A nossa indiferença se refere sobretudo ao conjunto do raciocínio sociológico prático, e esse raciocínio implica inevitavelmente para nós, sejam quais forem as suas formas, o domínio da linguagem natural. O raciocínio sociológico profissional não se distingue de maneira alguma como fenômeno que chama a atenção de nossa pesquisa. As pessoas ao realizarem estudos etnometodológicos podem preocupar-se nem mais, nem menos com o raciocínio sociológico profissional do que com práticas do raciocínio jurídico, do raciocínio das conversações, do raciocínio divinatório ou psiquiátrico, e assim por diante (GARFINKEL e SACKS, 1970 apud COULON, 1995a, p. 81-82).

Projeto científico dessa corrente:

[...] é analisar os métodos - ou, se quisermos, os procedimentos - que os indivíduos utilizam para levar a termo as diferentes operações que realizam em sua vida cotidiana. Trata-se da análise das maneiras habituais de proceder mobilizadas pelos atores sociais comuns a fim de realizar suas ações habituais. Essa metodologia leiga - constituída pelo conjunto do que vamos designar por etnométodos - utilizada, de forma banal, mas engenhosa, pelos membros de uma sociedade ou grupo para viverem juntos, constitui o corpus da pesquisa etnometodológica. A etnometodologia é, assim, definida como a "ciência" dos "etnométodos", isto é, procedimentos que constituem "o raciocínio sociológico prático" - expressão forjada por Harold Garfinkel, fundador da corrente e "inventor" da palavra (COULON, 1995b, p. 15).

Principais proposições da Interação Simbólica:

- vivemos em um meio ambiente, simultaneamente, simbólico e físico, e somos nós que construímos as significações do mundo e de nossas ações no mundo com a ajuda de símbolos;
- graças a esses símbolos "significantes" que, segundo Mead, são distintos dos "sinais naturais", temos capacidade para "tomar o lugar do outro" porque partilhamos com os outros os mesmos símbolos;
- partilhamos uma cultura que é um conjunto elaborado de significações e valores que orienta a maior parte de nossas ações e permite-nos predizer, em larga medida, o comportamento dos outros indivíduos;
- os símbolos e, portanto, também o sentido e valor que lhes estão associados, não são isolados, mas fazem parte de conjuntos complexos, em face dos quais o indivíduo define seu "papel"; tal definição é designada por Mead como sendo o "ego", que varia segundo os grupos com quem está em relação, enquanto seu "eu" é a percepção que tem de si mesmo como um todo:

"O 'eu' é a resposta do organismo às atitudes dos outros; o 'ego' é o conjunto organizado de atitudes que atribuo aos outros. As atitudes dos outros constituem o 'ego' organizado e o indivíduo reage, então, diante disso enquanto 'eu'".

- o pensamento é o processo pelo qual, determinadas soluções potenciais são, em primeiro lugar, examinadas sob o ângulo das vantagens e desvantagens que o indivíduo obteria em relação a seus valores e, finalmente, escolhidas. Um "ato" é, portanto, uma interação contínua entre o 'eu' e o 'ego', é uma sucessão de fases que acabam por se cristalizar em um comportamento único (MEAD, 1934 apud COULON, 1995b, p. 60).

Abordagem dos problemas educacionais:

- teórica: [...] a abordagem etnográfica quer esteja ligada à tradição interacionista ou etnometodológica, permite demonstrar, por exemplo, os processos do fracasso escolar, da orientação ou seleção, enquanto a sociologia positivista da educação limita-se a identificar seus efeitos;

- metodológica: [...] a sociologia interacionista serve-se da observação participante para ter acesso direto aos fenômenos que pretende estudar;

- prática: o conhecimento de conjuntos sociais restritos é mais facilmente apreensível pelo etnógrafo; um pesquisador isolado pode conseguir isso sem haver necessidade de recorrer a uma grande, equipe ou a muitos meios;

- enfim, existencial: os indivíduos vivem em "grupos sociais naturais" e é aí que devemos observá-los e compreender como organizam a vida em comum como a ordem social está interacionalmente construída e como se perpetua (COULON, 1995b, p. 77).

Principais conceitos:

[...] contexto, perspectiva, cultura, estratégia, negociação e carreira (COULON, 1995b, p. 78-79).

3 Análise de contexto ou microetnografia:

Definição:

[...] Estudo do sistema social em miniatura: a observação do nível local, as interpretações de situação feitas *in situ* reenviavam a hipóteses que podiam ser feitas no âmbito geral dos sistemas.

Características:

- disponibilidade dos dados, suscetíveis de serem consultados (por exemplo, documentos áudio ou vídeo, ou transcrição integral);

- exaustividade do tratamento dos dados que é um meio de luta contra a tendência a limitar a exploração aos elementos favoráveis às hipóteses dos pesquisadores;

- convergência entre pesquisadores e participantes sobre a visão dos acontecimentos na medida em que os pesquisadores garantem que a perfeita identidade entre a estrutura que descobrem nas ações é aquela que orienta os participantes nessas ações. São utilizados "dispositivos de verificação": demanda de confirmação, junto aos entrevistados, de que os quadros de análise são corretos;

- análise interacional que evita a redução psicológica e, ao mesmo tempo, a reificação sociológica. Na medida em que a organização dos acontecimentos é socialmente construída, procurar-se-á essa estruturação nas expressões e gestos dos participantes (COULON, 1995b, p. 109-110).

4 Pesquisa-Ação/Pesquisa Participante:

Pesquisa-Ação:

Definição:

[...] tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLENT, 1988, p. 15).

Principais aspectos:

- a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;
- d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o "nível de consciência" das pessoas e grupos considerados (THIOLENT, 1988, p. 16).

Metodologia:

[...] Trata-se de um método, ou de uma estratégia de pesquisa agregando vários métodos ou técnicas de pesquisa social, com os quais se estabelece uma estrutura coletiva, participativa e ativa ao nível da captação de informação. A metodologia das ciências sociais considera a pesquisa-ação como qualquer outro método. Isto quer dizer que ela a toma como objeto para analisar suas qualidades, potencialidades, limitações e distorções. A metodologia oferece subsídios de conhecimento geral para orientar a concepção da pesquisa-ação e controlar o seu uso (THIOLENT, 1988, p. 25-26).

Estratégia:

Como estratégia de pesquisa, a pesquisa-ação pode ser vista como modo de conceber e de organizar uma pesquisa social de finalidade prática e que esteja de acordo com as exigências próprias da ação e da participação dos atores da situação observada. [...] Uma pesquisa concebida sem esse tipo de exigência corre o risco de se limitar a uma simples reprodução de lugares-comuns e de encobrir manipulações por parte de quem "fala mais alto" nas situações observadas. O fato de manter na pesquisa-ação algum tipo de exigência metodológica e científica não deve ser interpretado como "cientificismo", "positivismo" ou "academicismo". E apenas um elemento de defesa contra as ideologias passageiras e contra a mediocridade do senso comum (THIOLENT, 1988, p. 26).

Diferença entre a pesquisa-ação e a pesquisa participante:

Isto é questão de terminologia – não há unanimidade;
Segundo o autor, toda pesquisa-ação é do tipo participativo, mas nem tudo que é chamado pesquisa participante é pesquisa-ação.

[...] Isso porque pesquisa participante em alguns casos, é um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitos. Nesse caso, a participação é sobretudo participação dos pesquisadores e consiste em aparente identificação com os valores e os comportamentos

que são necessários para a sua aceitação pelo grupo considerado (THIOLLENT, 1988, p. 15).

Pesquisadores:

Os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados.

Objetivos e contexto no qual é aplicada:

- 1º) organizada para realizar objetivos práticos de um ator social homogêneo dispondo de suficiente autonomia para encomendar e controlar a pesquisa;
- 2º) realizada dentro de uma organização na qual existe hierarquia ou grupos cujos relacionamentos são problemáticos;
- 3º) organizada num meio aberto (bairro popular, comunidade rural), podendo se desencadeada com uma maior iniciativa por parte dos pesquisadores;
- 4º) organizada em função de instituições exteriores à comunidade.

Pesquisa Participante:

Definição:

A Pesquisa Participante tem sido mais caracterizada do que definida na literatura especializada. Percebemos de imediato que ela envolve um processo de investigação, de educação e de ação, embora alguns autores enfatizem a organização, como componente fundamental da Pesquisa Participante (HAGUETTE, 1990 apud SILVA, 1994, p. 96).

Essa pesquisa encontra-se comprometida com a redução dos conflitos oriundos das relações entre dirigentes e dirigidos e, assim, busca despertar o nível de conscientização da classe oprimida. Centra-se, portanto, nas relações político-sociais que abrem o espaço para a participação.

Considerações:

A Pesquisa Participante têm como "pano de fundo" a participação coletiva que envolve pesquisadores e pesquisados na busca de soluções para os problemas da sociedade; assim, visa a produção do conhecimento, que abre caminhos para a movimentação e para a organização das classes populares.

Investigação, educação e ação constituem os rumos do processo. E nesta abrangência, o nível de participação política, assumido pelos participantes, será "fermento na massa".

Originalidade, historicidade e intersubjetividade fluem ao longo do processo e a Pesquisa Participante vai se fundamentando e apontando resultados, os quais poderão gerar novos problemas a serem pesquisados. Entende-se que, do ponto de vista metodológico, a Pesquisa Participante acentua a relação entre conhecimento e ação como dois aspectos inseparáveis da atividade humana. Convém ressaltar que existem afinidades entre Pesquisa Participante e Pesquisa Ação, pois ambas se voltam para os aspectos subjetivos da ação, das percepções e das explicações.

A Pesquisa Participante tem raízes na necessidade de gerar um processo de conscientização e reflexão constantes que, como afirma Gajardo (1986, p. 65 apud ENGERS, 1994, p. 101), visa "atuar como um mecanismo coletivo de negociação e aproveitamento de recursos e espaços de participação disponíveis na sociedade".

Pesquisadores, na caminhada da pesquisa, conscientemente, terão que assumir uma posição; não poderão ficar neutros, pois, se isso ocorrer, a pesquisa será uma farsa.

A Pesquisa Participante se fortalece na relação teoria-prática (e vice-versa) e é nessa relação que se enfatiza a importância de uma metodologia fundamentalmente dialógica e

dialética, comprometida com o processo de transformação. Ela até poderá extrapolar as metas previstas ou tomar rumos diferentes da proposta inicial; entretanto, essa flexibilidade, quando necessária, não significará um desvio metodológico. Ressalte-se que se trata de um trabalho científico cuja linha de ação deve ser bem estruturada, crítica e criativa. Visa, sobretudo, transformar o saber popular espontâneo em saber popular orgânico (GAJARDO, 1986 apud ENGERS, 1994, p. 101-102).

5 Análise de Conteúdo:

Definição:

[...] a análise de conteúdo constitui-se de um conjunto de técnicas e instrumentos empregados na fase de análise e interpretação de dados de uma pesquisa, aplicando-se, de modo especial, ao exame de documentos escritos, discursos, dados de comunicação e semelhantes, com a finalidade de uma leitura crítica e aprofundada levando à descrição e interpretação destes materiais, assim como a inferências sobre suas condições de produção e recepção (MORAES, 1994 apud ENGERS, 1994, p. 103).

Grupos de materiais:

- 1) Materiais de comunicação verbal, sejam textos, documentos oficiais, livros, jornais, documentos pessoais; material de comunicação oral, como transmissões de rádio, televisão, gravações de reuniões e similares;
- 2) Materiais especialmente criados pela pesquisa, tais como entrevistas, discussões de grupos, respostas a questionários e depoimentos orais ou escritos (MORAES, 1994 apud ENGERS, 1994, p. 105).

Diferentes Perspectivas:

- 1) Da perspectiva da profundidade da análise:

A análise se limitará ao conteúdo manifesto ou procurará atingir o conteúdo latente?

Historicamente, a análise de conteúdo iniciou examinando o conteúdo manifesto, mais facilmente passível de uma análise objetiva e quantitativa. Entretanto, a evolução do estudo da linguagem fez compreender que esta pretensão era ilusória, já que toda leitura é uma interpretação. Também a evolução da discussão da própria natureza da ciência, com a superação da concepção restritiva de objetividade e quantificação, fez com que as possibilidades da análise de conteúdo se expandissem consideravelmente. À medida que o analista de conteúdo compreende que uma mensagem pode possibilitar diferentes leituras, atingindo inclusive conteúdos dos quais nem o próprio emissor estava consciente ao produzir sua comunicação, amplia-se consideravelmente o campo de ação da análise de conteúdo.

- 2) Da perspectiva da quantificação:

A análise terá na quantificação sua principal preocupação ou se centrará no exame de aspectos qualitativos?

A opção pela quantificação representa, necessariamente, um corte nas possibilidades de estudo da realidade. Os mesmos paradigmas que se propõem a superar a visão positivista, de modo geral, enfatizam a importância dos aspectos qualitativos, ainda que não desprezando a possibilidade da quantificação. Esta superação, de algum modo, está associada ao movimento que vai da explicação, fundamentada nas relações causais, para a compreensão, que supera a questão da causalidade. Não restam dúvidas de que estes novos paradigmas, enfatizando o qualitativo, ampliam enormemente as possibilidades da análise de conteúdo.

- 3) Da perspectiva da utilização de hipóteses:

A pesquisa em que a análise está inserida é organizada em torno da testagem de hipóteses ou está orientada para a compreensão de um fenômeno?

O exame das possibilidades da análise de conteúdo, no que se refere à utilização ou não de hipóteses, se aproxima muito da discussão anterior. Hipóteses implicam relações causais e, conseqüentemente, em geral, quantificação. A ausência de hipóteses corresponde, geralmente, ainda que não necessariamente, a uma opção pela compreensão. Assim, a análise de conteúdo amplia sensivelmente suas possibilidades quando se supera a concepção de que ela deva estar ligada ao teste de hipóteses. Alguns autores entendem e denominam os estudos sem hipóteses de exploratórios. Entendemos que isto traz o viés positivista e preferimos denominá-los estudos compreensivos, sendo então concebidos como um fim tão válido quanto a testagem de hipóteses e não um estágio preparatório para tais estudos.

4) Da perspectiva dos elementos da comunicação:

A análise volta-se aos significados ou pretende atingir os significantes?

Historicamente, a análise de conteúdo nasceu com a preocupação de exame dos significados, a análise temática. Nesta perspectiva, a preocupação é aprofundar a compreensão da mensagem propriamente dita, seja da perspectiva do emissor, seja do receptor. Mas, aos poucos, esta perspectiva se ampliou, incluindo o exame dos significantes. Isto abriu toda uma nova gama de possibilidades para a análise de conteúdo, atingindo a análise léxica, a lógica, entre outras. Surgem, assim, diversas novas técnicas de análise, além da análise temática: análise de enunciação, análise de relações, análise estrutural, análise de avaliação e análise de discurso.

5) Da perspectiva dos objetivos da análise:

A análise pretende atingir objetivos essencialmente descritivos ou visa de modo mais aprofundado à inferência e à interpretação?

A preocupação com uma descrição crítica, aprofundada e detalhada, seja dos conteúdos manifestos ou latentes de uma mensagem é, sem dúvida, uma preocupação inicial de qualquer análise de conteúdo. Entretanto, manter-se meramente na descrição seria assumir a posição de um estudo exploratório, anteriormente criticado. Uma boa pesquisa, utilizando análise de conteúdo, deveria pretender a inferência e a interpretação. A inferência é um termo mais relacionado ao paradigma positivista, à quantificação. Implica generalizar e estender as relações e constatações para o contexto. Interpretação é um termo que descreve melhor a pretensão compreensiva, portanto, preocupação de paradigmas que pretendem superar o positivismo e suas limitações. De qualquer modo, seja por inferência, seja por interpretação, as possibilidades de análise de conteúdo se ampliam significativamente. Entendemos que a análise de conteúdo também cresce em qualidade ao se superarem objetivos meramente descritivos.

6) Da perspectiva do caráter objetivo/subjetivo:

A análise é direcionada pelo rigor da objetividade ou pela fecundidade da subjetividade?

O exame desta perspectiva se aproxima da perspectiva do manifesto/latente. Também aqui está subjacente a adoção dos pressupostos do paradigma positivista em contraste com paradigmas alternativos como o fenomenológico, o dialético ou naturalista. O primeiro enfatiza a necessidade de objetividade e neutralidade do pesquisador, o que é conseguido de modo mais fácil se a análise se limitar ao manifesto. Os outros reconhecem que nada é mais objetivo do que o que se manifesta diretamente ao sujeito, portanto, o subjetivo. Aspectos de qualidade, subjetivos, não diretamente explicitados, podem ser tão ou mais significativos do que os quantificáveis, objetivos e manifestos. Qualquer que seja a posição assumida, é fácil reconhecer que a ampliação das possibilidades de análise de conteúdo é máxima pelo envolvimento da análise dos aspectos subjetivos. É aí que esta técnica pode atingir sua fecundidade máxima. Poderá, mesmo assim, atingir o rigor que se exige de uma pesquisa de qualidade? Esta é uma questão cuja resposta tem constituído preocupação de muitos pesquisadores (MORAES, 1994 apud ENGERS, 1994, p. 105-108).

6 Análise do discurso:

Definição:

A Análise do Discurso pertence ao campo da [lingüística](#) e da [comunicação](#) e é uma atividade de estudos utilizada para analisar construções ideológicas presentes em um [texto](#). Ao analisar textos da [mídia](#), por exemplo, a análise do discurso procura explicitar as [ideologias](#) que os engendram. Essa atividade é proposta a partir da [filosofia materialista](#) que põe em questão a prática das [ciências humanas](#) e a divisão do trabalho intelectual, de forma reflexiva.

Os processos que entram em jogo na constituição da linguagem são processos histórico-sociais. A análise de discurso tem uma proposta adequada em relação a estas colocações, já que no discurso constatamos o modo social de produção da linguagem. Ou seja, o discurso é um objeto histórico-social cuja especificidade está em sua materialidade, que é linguística (ORLANDI, 1996, p. 17).

O Quadro epistemológico da Análise do Discurso é articulado com três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (ORLANDI, 1996, p. 19).

Tipologia da Análise do Discurso:

Assim, o tipo autoritário é o que tende para a paráfrase (o mesmo) e em que se procura conter a reversibilidade (há um agente único: a reversibilidade tende a zero), em que a polissemia é contida (procura-se impor um só sentido) e em que o objeto do discurso (seu referente) fica dominado pelo próprio dizer (o objeto praticamente desaparece). O discurso polêmico é o que apresenta um equilíbrio tenso entre polissemia e paráfrase, em que a reversibilidade se dá sob condições, é disputada pelos interlocutores, e em que o objeto do discurso não está obscurecido pelo dizer, mas é direcionado pela disputa (perspectivas particularizantes) entre os interlocutores, havendo assim a possibilidade de mais de um sentido: a polissemia é controlada. O discurso lúdico, que é o terceiro tipo, é aquele que tende para a total polissemia, em que a reversibilidade é total e em que o objeto do discurso se mantém como tal no discurso. A polissemia é aberta. O exagero do discurso autoritário é a ordem no sentido militar, o do polêmico é a injúria e o exagero do lúdico é o nonsense. Em nossa forma de sociedade atual, o discurso autoritário é dominante, o polêmico é possível e o lúdico é ruptura (ORLANDI, 1996, p. 24).

Análise do Discurso:

A análise de discurso não é um método de interpretação, não atribui nenhum sentido ao texto. O que ela faz é problematizar a relação com o texto, procurando apenas explicitar os processos de significação que nele estão configurados, os mecanismos de produção de sentidos que estão funcionando. Compreender, na perspectiva discursiva, não é, pois, atribuir um sentido, mas conhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação. Desse modo, podemos dizer que a análise de discurso visa a compreensão na mesma medida em que visa explicitar a história dos processos de significação, para atingir os mecanismos de sua produção. O que temos a dizer, finalmente, é que, ao acolher a compreensão entre seus objetos de reflexão, a análise de discurso pode fornecer uma contribuição substancial para o trabalho sobre leitura. E foi isso que procuramos fazer nesse nosso estudo (ORLANDI, 1996, p. 117).

7 Fenomenológica:

Definição:

Estudo descritivo dos fenômenos sem o uso de teorias que os expliquem. A Fenomenologia se baseia na experiência intuitiva do fenômeno, e tem como premissa que a realidade consiste de objetos e eventos, perceptíveis conscientemente pelos seres humanos.

- [...] não existe “o” ou “um” método fenomenológico, mas uma atitude (MASINI, 1989 *apud* FAZENDA, 1989, p. 62).

Atitude:

É a atitude de abertura do ser humano para compreender o que se mostra (abertura no sentido de estar livre para perceber o que se mostra e não preso a conceitos ou predefinições). Estamos livres quando sabemos de nossos valores, conceitos e preconceitos e podemos ver o que se mostra cuidando das possíveis distorções. (MASINI, 1989 *apud* FAZENDA, 1989, p. 62).

A Fenomenologia busca a compreensão dos múltiplos mundos construídos de acordo com as formas de perceber das pessoas, afastando-nos da visão de uma realidade única e independente do homem. Por isto, a pesquisa fenomenológica provoca a ruptura de um conceito de cientificidade fundamentado no positivismo, levando a uma nova concepção de ciência (METZLER *et al.*, 1994 *apud* ENGERS, 1994, p. 76).

Método:

O método fenomenológico trata de desentranhar o fenômeno, pô-lo a descoberto. Desvendar o fenômeno além da aparência. Exatamente porque os fenômenos não estão evidentes de imediato e com regularidade, faz-se necessária a Fenomenologia.

O método fenomenológico não se limita a uma descrição passiva. É simultaneamente tarefa de interpretação (tarefa da Hermenêutica) que consiste em pôr a descoberto os sentidos menos aparentes, os que o fenômeno tem de mais fundamental (MASINI, 1989 *apud* FAZENDA, 1989, p. 63).

[...] caracteriza-se, antes de tudo, por uma preocupação em dar uma descrição pura [...] do fenômeno. O fenômeno é aquilo que se oferece ao olhar intelectual [...]. É preciso orientar-se para as próprias coisas, interrogá-las na sua própria maneira de se oferecerem ao pensamento (HUSSERL, 1994 *apud* ENGERS, 1994, p. 76).

Pesquisa fenomenológica:

A Pesquisa Fenomenológica, portanto, parte da compreensão de nosso viver - não de definições ou conceitos - da compreensão que orienta a atenção para aquilo que se vai investigar. Ao percebermos novas características do fenômeno, ou ao encontrarmos no outro interpretações, ou compreensões diferentes, surge para nós uma nova interpretação que levará a outra compreensão (MASINI, 1989 *apud* FAZENDA, 1989, p. 63).

Etapas:

Discussão e ação

De reflexão

De ação

Procedimentos:

Fazer a leitura completa de cada descrição, para captar o sentido do todo.

Captar o sentido do todo e, então, voltar ao início para discriminar as unidades de significado, conforme uma determinada perspectiva (psicológica ou educacional) e com o foco no fenômeno que está sendo investigado.

Delimitar as unidades de significado, retomar todas as unidades, reescrevendo-as em função do fenômeno que está sendo investigado, ou seja, fazendo uma transformação das unidades de significado em linguagem educacional.

Realizar a síntese de todas as unidades transformadas em uma perspectiva consistente. Isto de acordo com a estrutura da experiência, que pode ser expressa em diferentes níveis (GIORGI, 1985 apud ENGERS, 1994, p. 77-78).

O sentido do discurso descritivo e suas características:

Significante por ser capaz de atribuir valores e hierarquizar o que lhe parece significativo. Pertinente porque o senso da estrutura do fenômeno permite articular os sentidos que pertencem a esse fenômeno e não a outro; considerando sempre a complexidade da estrutura do todo.

Relevante porque a significância e a pertinência do discurso fenomenológico reforçam a necessidade de descrever, por ser impossível expressar o fenômeno em uma palavra ou em uma frase.

Referente porque a descrição estabelece relações, tanto no interior da estrutura do fenômeno como entre a estrutura e o seu contexto, que é o mundo.

Provocante porque, na correspondência entre homens e mundo, o comportamento humano não se reduz a respostas determinadas por estímulos (behaviorismo), pois é livre e envolve ações imprevisíveis.

Suficiente porque, mesmo sendo forçosamente inacabada, a descrição fenomenológica deve permitir a emergência do sentido (METZLER *et al.*, 1994 apud ENGERS, 1994, p. 81).

Pesquisador:

Os educadores que optam pela Fenomenologia reconhecem que a subjetividade isolada não pode proporcionar respostas. É preciso buscá-la na intersubjetividade. Desse modo, a consciência é ampliada e se transforma. O simples movimento em direção ao outro modifica tudo. Compreendemos, então, que a Fenomenologia "[...] não é só um estilo de pensar, mas de viver". (REZENDE, 1990, p. 77). Aprendemos Fenomenologia fazendo pesquisa fenomenológica, em coerência com uma concepção de educação em que teoria e prática são indissociáveis. Essa opção depende do pesquisador. Entretanto, destacamos, mais uma vez, que a Fenomenologia não se reduz a métodos. Mais do que metodologia é um modo de assumir a própria existência e de posicionar-se em face dos outros. Sendo a educação um processo de imensa complexidade, imprevisível e sempre inacabado, consideramos que sua compreensão só é viável através de pesquisas com abordagem qualitativa. Entre essas situa-se (sic) a Fenomenologia, que exerce um fascínio especial sobre quem gosta de enfrentar desafios e arriscar-se diante do desconhecido, na busca permanente do sentido, compreensão e abertura ao mundo (METZLER *et al.*, 1994 apud ENGERS, 1994, p. 82).

8 A Dialética Materialista-Histórica na Pesquisa Educacional:

A Concepção Materialista:

[...] funda-se no imperativo do modo humano de produção social da existência (FRIGOTTO, 1989, p.76).

O primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza. Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, ou por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida; passo esse que é condicionado por sua organização corporal (MARX; ENGELS, 1986, p. 27).

Categorias: Totalidade; contradição; mediação; ideologia; práxis, etc.

Método de análise:

O método de análise, na perspectiva dialética materialista, não se constitui na ferramenta asséptica, uma espécie "de metrologia" dos fenômenos sociais, que nas perspectivas que aqui denomino de metafísicas é tomada como garantia da "cientificidade, da objetividade e da neutralidade".

Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, neste sentido, antecede ao método. Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais.

O entendimento do que seja o método dialético materialista inicia sua explicitação mediante a questão: como se produz concretamente um determinado fenômeno social? Ou seja, quais as "leis sociais", históricas, quais as forças reais que o constituem enquanto tal? Esta questão indica, ao mesmo tempo, no âmbito das ciências humano-sociais, o caráter sincrônico e diacrônico dos fatos, a relação sujeito e objeto, em suma, o caráter histórico dos objetos que investigamos.

Marx, como fundador do materialismo histórico, curiosamente não se ocupa, senão em poucas passagens, em falar do seu método.

Aqui se explicita, a meu ver, a dialética materialista, ao mesmo tempo como uma postura, um método de investigação e uma práxis, um movimento de superação e de transformação. Há, pois, um tríplice movimento: de crítica, de construção do conhecimento "novo", e da nova síntese no plano do conhecimento e da ação.

Um primeiro aspecto a ser caracterizado nesta compreensão de método é que a "dialética" é um atributo da realidade e não do pensamento. "[...] a dialética trata da coisa em si". Mas a "coisa em si" não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *detour*. Por este motivo o pensamento dialético distingue a representação do conceito da coisa [...] (KOSIK, 1976 apud FRIGOTO, 1989, p. 79-80).

Práxis:

A teoria materialista histórica sustenta que o conhecimento efetivamente se dá na e pela práxis. A práxis expressa, justamente, a unidade indissolúvel de duas dimensões distintas, diversas no processo de conhecimento: a teoria e a ação. A reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas uma reflexão em função da ação para transformar.

Para a teoria materialista, o ponto de partida do conhecimento, enquanto esforço reflexivo de analisar criticamente a realidade e a categoria básica do processo de conscientização, é a atividade prática social dos sujeitos históricos concretos. A atividade prática dos homens concretos constitui-se em fundamento e limite do processo de conhecimento (FRIGOTO, 1989 apud FAZENDA, 1994, p. 81).

Pontos importantes na pesquisa em educação:

Trata-se, primeiro, de perguntarmos qual o sentido "necessário" e prático das investigações que se fazem nas faculdades, centros, mestrados e doutorados de educação? Não se trata do sentido utilitarista e apenas imediato, ou de uma espécie de ativismo. Trata-se de indagar sobre o sentido histórico, social, político e técnico de nossas pesquisas. A serviço de que e de quem despendemos nosso tempo, nossas forças, e grande parte de nossa vida?

A outra questão, mais complexa, ao meu ver, é a necessidade de examinarmos com maior rigor qual de fato a novidade que traz hoje a "metodologia da pesquisa-ação". Em que nos ajuda aprofundar o entendimento da pesquisa como crítica, como produção de conhecimento e como sustentação de uma ação prática mais consequente? Em que, por outro lado, pode banalizar o processo mesmo de apreensão rigoroso dos fatos que analisamos? (FRIGOTO, 1989 apud FAZENDA, 1994, p. 83).

Cinco pontos relacionados à estratégia de pesquisa:

- a) Ao iniciarmos uma pesquisa, dificilmente temos um problema, mas uma problemática. O recorte que se vai fazer para investigar se situa dentro de uma totalidade mais ampla.
- b) No trabalho propriamente de pesquisa, de investigação, um primeiro esforço é o resgate crítico da produção teórica ou do conhecimento já produzido sobre a problemática em jogo. Aqui se podem identificar as diferentes perspectivas de análise, as conclusões a que se chegou pelo conhecimento anterior e a indicação das premissas do avanço do novo conhecimento.
- c) Feito o levantamento do material da realidade que se está investigando, necessita-se definir um método de organização para a análise e exposição. Trata-se de discutir os conceitos, as categorias que permitem organizar os tópicos e as questões prioritárias e orientar a interpretação e análise do material.
- d) A análise dos dados representa o esforço do investigador de estabelecer as conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática pesquisada. Mediante este trabalho, vão-se identificando as determinações fundamentais e secundárias do problema. É no trabalho de análise que se busca superar a percepção imediata, as impressões primeiras, a análise mecânica e empiricista, passando-se assim do plano pseudoconcreto ao concreto que expressa o conhecimento apreendido da realidade. É na análise que se estabelecem as relações entre a parte e a totalidade.
- e) Finalmente busca-se a síntese da investigação. A síntese resulta de uma elaboração. É a exposição orgânica, coerente, concisa das "múltiplas determinações" que explicam a problemática investigada. Aqui não só aparece o avanço em cima do conhecimento anterior, mas também questões pendentes e a própria redefinição das categorias, conceitos etc. Na síntese, de outra parte, discutem-se as implicações para a ação concreta. Repõe-se aqui o ciclo da práxis, onde o conhecimento ampliado permite ou deveria permitir uma ação mais consequente, avançada, que por sua vez vai tornando o conhecimento ampliado base para uma nova ampliação. Por essa razão a pesquisa mantida como "segredo do pesquisador", ou dos pesquisadores, é uma dupla sonegação: não questiona e nem permite ser questionada e acaba não tendo, por isso, nenhum sentido histórico e político (FRIGOTO, 1989 apud FAZENDA, 1994, p. 87-89).

OUTROS TIPOS DE PESQUISA

É importante destacar que existem outros tipos de pesquisa que estão voltados para questões mais específicas, como as pesquisas empíricas nas áreas da saúde, da linguagem, nas ciências humanas e sociais, entre outras. Sugerimos estes outros enfoques na pesquisa para que os acadêmicos tenham base metodológica para viabilizarem suas pesquisas, *stricto e latu sensu*, bem como as de graduação. Acrescentamos ainda a preocupação em oferecer aos professores-orientadores uma proposta de material de apoio que eles podem somar aos que já apresentam aos seus orientandos.

1 Amostragem:

Definição:

Chamaremos de universo ou população o conjunto de todos os seres (pessoas, objetos ou fatos) que apresentem pelo menos uma característica em comum. Se o número total de elementos for N , podemos designar a característica comum representada genericamente por X , de tal forma que assumam valores tais que:

$$X = X_1; X_2; X_3; \dots ; X_N$$

A amostra que é uma parte ou fração desse universo, com um número n de elementos, deve ser selecionada por um dos métodos que descreveremos adiante; de modo que, sendo o número de elementos da amostra $n < N$, a totalidade da amostra poderá ser representada por:

$$x = x_1; x_2; x_3; \dots ; x_n$$

Ela deve ser, tanto quanto possível, representativa do universo de onde foi extraída. Para alcançar esse objetivo, utiliza-se em geral uma técnica probabilística, definida como aleatória ou de escolha "ao acaso". Nessas condições, a amostra presta-se para o tratamento estatístico dos dados (REY, 1998, p. 40).

Método:

Método aleatório simples - É aquele em que cada elemento de uma população tem a mesma probabilidade de ser escolhido para a amostra que os demais. A escolha requer prévia atribuição de números aos membros da população e posterior sorteio baseado, por exemplo, em uma tabela de números aleatórios.

Amostragem estratificada - Ao submeter-se uma população a esse tipo de amostragem, divide-se a população em grupos homogêneos ou estratos. Em cada um deles, toma-se a amostra aleatória dos indivíduos que participarão do estudo.

Amostragem por conglomerados (ou em cacho) - Em geral, não se dispõe de uma lista de indivíduos ou de unidades estatísticas sobre as quais seria feito o sorteio de amostragem. Mais fácil é ter-se o registro de grupos, ou de entidades em que os indivíduos estejam agrupados, tais como casas, escolas, hospitais, localidades etc.

Amostragem aleatória por estágios múltiplos - Sempre que, pelo tamanho da população ou por outras circunstâncias, não for possível atribuir a cada elemento um número com que participe do sorteio, podemos optar por sorteios preliminares das áreas geográficas, das localidades, dos grupos ou conglomerados e, depois, numerar e sortear os membros dessas partes escolhidas que integram o universo (REY, 1998, p. 40-41).

2 Estudos Etiológicos:

Definição:

Compreendem não só pesquisas destinadas a estabelecer relações de causalidade (a etiologia de uma doença, por exemplo), como também a definir fatores de risco, pelos quais se podem, mesmo na ausência de um conhecimento da causa, identificar populações expostas a determinados riscos.

Pode-se chegar lá, por exemplo, pelo estudo de dois fenômenos ou de dois fatores que se suponha possam ter relações estreitas. Assim, para se verificar a influência do alcoolismo sobre a frequência do câncer do esôfago, sugerida pela alta ocorrência da doença em países de grande consumo alcoólico, buscou-se estudar na França a distribuição geográfica dessa variedade de câncer e a do consumo de álcool, encontrando-se forte correlação positiva entre os dois fenômenos (REY, 1998, p. 41).

Estudos:

Estudos retrospectivos - Consistem em identificar os indivíduos com determinado problema (D) e compará-los com um certo número de outros indivíduos sem essa característica (não-D), através de questionários em que se procura relacionar D com fatores (f) suspeitos de serem causa ou contribuírem para a ocorrência de D.

O estudo pode incidir sobre uma população completa (inquérito exaustivo) ou sobre uma amostra representativa, onde os fatores a serem investigados conservem uma distribuição aleatória.

Em razão das dificuldades de se trabalhar com a totalidade de uma população e de seu alto custo operacional, prefere-se proceder à amostragem aleatória, com pequeno número de indivíduos de cada categoria escolhidos por sorteio.

Estudos prospectivos - Partem da observação dos indivíduos com determinadas características (f), suspeitas de produzirem ou de contribuírem para o problema em estudo (D). Os pacientes serão futuramente examinados para a análise da correlação entre D e f, juntamente com outros indivíduos sem as mesmas características (não-f), utilizados para comparação.

Um trabalho desse tipo consiste, por exemplo, no estabelecimento do diagnóstico de infecção por *Trypanosoma Cruzi*, em uma parte da população, e seguimento dos casos positivos e negativos para detectar o aparecimento de doença cardíaca, de megaeosôfago ou de outros problemas, no fim de determinados prazos (REY, 1998, p. 42).

3 Experimental:

Definição:

A experimentação ou experimento (ou, simplesmente, experiência) é um método científico de observação dos fatos ou fenômenos naturais, sob condições particulares estabelecidas pelo pesquisador.

Em sua essência, a experimentação deve permitir comparar o efeito de duas ou mais condições ou tratamentos, bem definidos, sobre um atributo do organismo ou material que é objeto da pesquisa.

As condições, que o pesquisador seleciona ou manipula na experiência, são geralmente denominadas variáveis independentes, enquanto que as mudanças observadas em consequência, no atributo, são as variáveis dependentes, [...]. Assim, em estudos sobre nutrição, as dietas ou os alimentos administrados seriam as variáveis independentes, e o crescimento em peso ou a estatura dos animais a eles submetidos corresponderiam às variáveis dependentes.

Nas experiências mais simples, os valores de uma variável independente (chamemo-la de X) são confrontados com os da variável dependente (digamos: Y). Por vezes, apenas duas condições da variável são testadas (por exemplo: duas temperaturas, duas concentrações de uma substância, a presença ou a ausência de luz, a administração ou não de um medicamento etc.). Mas, como a resposta do organismo ou do fenômeno estudado pode não ser diretamente proporcional à intensidade do fator ensaiado, torna-se em geral necessário experimentar três ou mais valores da variável independente, para que se possa apreciar seu efeito e estabelecer a lei do fenômeno (Fig. 3.1).

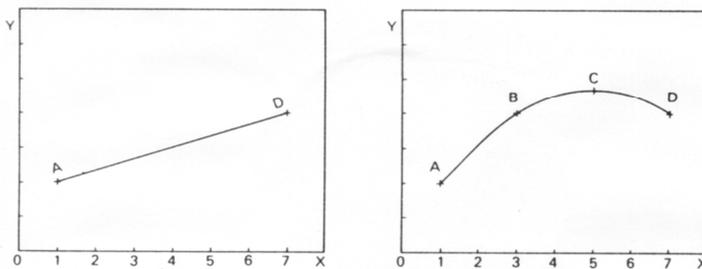


Figura 3.1 - Interpretação dos dados experimentais. O gráfico da esquerda, baseado em apenas dois pares de valores anotados para X e Y (que definem os pontos A e D), parece sugerir que Y cresce em função direta de X. Entretanto, o gráfico da direita, em que foram registrados também outros valores intermediários (definindo os pontos B e C), mostra que a relação entre X e Y obedece a uma lei mais complexa (REY, 1998, p. 33).

Plano experimental:

Consiste no traçado de um esquema conveniente e no estabelecimento das condições de uma experiência, de modo que se possam obter dela respostas adequadas às perguntas formuladas, tendo em vista a hipótese em causa.

Para poder-se testar a validade ou não de uma hipótese, necessita-se estabelecer em função dela quais parâmetros devem ser observados e medidos, quais variáveis serão submetidas à manipulação (ou tratamento), constituindo, portanto, variáveis independentes, e quais as que serão tratadas como variáveis dependentes.

Muitos experimentos biológicos são caracterizados pela aplicação de um estímulo, que constitui a variável independente ou controlada, e a observação de um efeito, que é a variável resposta.

Em sua essência, o plano experimental deve permitir que se façam comparações. Essas comparações podem envolver uma única variável, duas, três ou mais.

A natureza do fenômeno observado e as condições em que a experiência deve ser feita podem recomendar tipos de planejamento muito diferentes. Neste texto descreveremos, a título de ilustração, os mais correntes. Aconselhamos aos leitores procurarem obras especializadas (ver bibliografia) para os casos particulares que tenham em vista (REY, 1998, p. 34).

Tipos de Projetos:

O método experimental consiste essencialmente em submeter os objetos de estudo à influência de certas variáveis, em condições controladas e conhecidas pelo investigador, para observar os resultados que a variável produz no objeto. Não constitui exagero afirmar que boa parte dos conhecimentos obtidos nos últimos três séculos se deve ao emprego do método experimental, que pode ser considerado como o método por excelência das ciências naturais (REY, 1998, p. 34 - 39).

[...] já foi assinalado que as limitações da experimentação no campo das ciências sociais fazem com que este método só possa ser aplicado em poucos casos, visto que considerações éticas e técnicas impedem sua utilização (GIL, 1987, p. 34-35).

4 Observacional:

Em certos campos da biologia e das ciências sociais, por exemplo, os métodos experimentais podem ser difíceis ou mesmo impossíveis de aplicar. Então, a observação científica adquire grande importância e deve ser feita com o máximo cuidado.

Teorias tão fundamentais como a da evolução foram estabelecidas com base exclusiva na observação da natureza. A viagem de Darwin ao redor do mundo permitiu-lhe coligir tal quantidade de informações que pôde consubstanciar a hipótese formulada por Lamarck, Saint Hilaire e outros naturalistas sobre a evolução dos seres vivos. Darwin buscou correlacionar as características próprias das espécies com as condições do meio em que vivia cada uma delas. Suas observações sobre as relações entre os organismos e o meio contribuíram decisivamente para a criação de uma nova ciência: a ecologia.

A observação deve ser inteligente e sagaz, de modo a permitir clara distinção entre os fatos que são relevantes, para o estudo em causa, e os inúmeros outros que se apresentem concomitantemente. Por isso deve ser atenta, precisa e metódica. Deve ser pertinaz, completa, porém analítica.

Exige que o pesquisador seja curioso, paciente, objetivo e imparcial; capaz de ver com olhos isentos de preconceitos e a cabeça livre das fórmulas tradicionais, de ideias fixas ou baseadas em dogmas ou em autoridades que não demonstraram cabalmente, na prática, a validade de suas teses (REY, 1998, p. 32).

O método observacional é um dos mais utilizados nas ciências sociais e apresenta alguns aspectos curiosos. Por um lado, pode ser considerado como o mais primitivo, e conseqüentemente o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais. Tanto é que em Psicologia os procedimentos de observação são frequentemente estudados como próximos aos procedimentos experimentais. Nestes casos, o método observacional difere do experimental em apenas um aspecto: nos experimentos o cientista toma providências para que alguma coisa ocorra, a fim de observar o que se segue, ao passo que no estudo por observação apenas observa algo que acontece ou já aconteceu.

Há investigações em ciências sociais que se valem exclusivamente do método observacional. Outras utilizam-no em conjunto com outros métodos. E pode-se afirmar com muita segurança que qualquer investigação em ciências sociais deve valer-se, em mais de um momento, de procedimentos observacionais (GIL, 1987, p. 35).

5 Estatístico:

Este método fundamenta-se na aplicação da teoria estatística da probabilidade e constitui importante auxílio para a investigação em ciências sociais. Há que se considerar, porém, que as explicações obtidas mediante a utilização do método estatístico não podem ser consideradas absolutamente verdadeiras, mas dotadas de boa probabilidade de serem verdadeiras.

Mediante a utilização de testes estatísticos, torna-se possível determinar, em termos numéricos, a probabilidade de acerto de determinada conclusão, bem como a margem de erro de um valor obtido. Portanto, o método estatístico passa a caracterizar-se por razoável grau de precisão, o que o torna bastante aceito por parte dos pesquisadores com preocupações de ordem quantitativa.

Os procedimentos estatísticos fornecem considerável reforço às conclusões obtidas, sobretudo mediante a experimentação e a observação. Tanto é que os conhecimentos obtidos em alguns setores da Psicologia e da Economia devem-se fundamentalmente à utilização do método estatístico (GIL, 1987, p. 36).

6 Clínico:

O método clínico apóia-se numa relação profunda entre pesquisador e pesquisado. É utilizado, principalmente, na pesquisa psicológica, onde os pesquisados são indivíduos que procuram o psicólogo ou o psiquiatra para obter ajuda.

O método clínico tornou-se um dos mais importantes na investigação psicológica, sobretudo depois dos trabalhos de Freud. Sua contribuição à Psicologia tem sido muito significativa, particularmente no que se refere ao estudo dos determinantes inconscientes do comportamento. Todavia, o pesquisador que adota o método clínico deve cercar-se de muitos cuidados ao propor generalizações, visto que esse método se apóia em casos individuais e envolve experiências subjetivas (GIL, 1987, p. 36-37).

7 Documental e Bibliográfica:

A pesquisa documental compreende o levantamento de documentos que ainda não foram utilizados como base de uma pesquisa. Os documentos podem ser encontrados em arquivos públicos, ou de empresas particulares, em arquivos de entidades educacionais e/ou científicas, em arquivos de instituições religiosas, ou mesmo particulares, em cartórios, museus, videotecas, filмотecas, correspondências, diários, memórias, autobiografias ou coleções de fotografias.

A documentação direta compreende ainda a observação direta intensiva, cuja modalidade mais utilizada é a entrevista. Faz parte da observação direta extensiva o uso de formulários, testes, questionários, história de vida (estudo de caso).

Na utilização de documentos científicos, o pesquisador se depara com dois tipos: documentos primários e secundários. Os primários englobam resultados novos de pesquisa; os secundários apresentam repetição de informações. Entre estes últimos, destacam-se: listas bibliográficas sobre certa especialidade, revisões com análise de trabalhos sobre determinado assunto, *papers* (documento sobre o resultado de uma pesquisa que apresenta visão pessoal), relato de casos.

Os textos utilizados numa pesquisa podem ainda ser classificados em:

- Primários: livros, jornais, periódicos, artigos, relatórios.
- Secundários: bibliografias, resumos, traduções, textos produzidos pelos serviços de documentação.
- Terciários: estudos recapitulativos.

A pesquisa bibliográfica inclui-se nos procedimentos de documentação indireta.

Pesquisa bibliográfica significa o levantamento da bibliografia referente ao assunto que se deseja estudar. A pesquisa bibliográfica apresenta quatro etapas: identificação, localização, compilação e fichamento.

- Identificação: cuida do recolhimento bibliográfico que existe a respeito do assunto em questão. Esse levantamento é feito por meio de catálogos de editoras, livrarias, de órgãos públicos, de entidades de classe, de universidades, de bibliotecas.
- Localização: é a fase posterior ao levantamento bibliográfico e significa a localização das obras específicas, a fim de conseguir as informações necessárias.
- Compilação: caracteriza-se como fase da obtenção e reunião do material desejado.
- Fichamento: é a transcrição dos dados em fichas, para posterior consulta e referência, devendo-se anotar os elementos essenciais ao trabalho. Portanto, essas anotações devem ser completas, claramente redigidas e fiéis ao original (MEDEIROS, 2000, p. 37-38).

Em primeiro lugar, cumpre destacar que a pesquisa se constitui num procedimento formal para a aquisição de conhecimento sobre a realidade. Exige pensamento reflexivo e

tratamento científico. Não se resume, apenas, na busca da verdade; mas aprofunda-se na procura de resposta para todos os porquês envolvidos pela pesquisa. Utiliza, por isso, métodos científicos, reflexão sistemática, controle de variáveis, observação atenta dos fatos, estabelecimento de leis ou checagem de informações com o conhecimento já adquirido.

A pesquisa procura dados em variadas fontes, de forma direta ou indireta. No primeiro caso, levantam-se dados no local em que os fenômenos ocorrem (pesquisa de campo ou de laboratório); no segundo, a coleta de informações pode dar-se por documentação. A pesquisa bibliográfica caracteriza-se como documentação indireta. Num estudo, além da pesquisa bibliográfica, pode-se também realizar uma investigação de documentos de primeira mão, que ainda não foram objeto de estudo. A documentação direta abrange a observação da própria realidade e a entrevista.

Constituem fonte primária os documentos adquiridos pelo próprio autor da pesquisa. Esses documentos podem ser encontrados em arquivos públicos, particulares, anuários estatísticos. São ainda consideradas fontes primárias: fotografias, gravações de entrevistas, de programas radiofônicos ou provenientes da televisão, desenhos, pinturas, músicas, objetos de arte (MEDEIROS, 2000).

Pesquisa Bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica constitui-se em fonte secundária. É aquela que busca o levantamento de livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse. É um passo decisivo em qualquer pesquisa científica, uma vez que elimina a possibilidade de se trabalhar em vão, de se despender tempo com o que já foi solucionado.

O êxito nos estudos depende em grande parte da leitura que o estudioso realiza. A leitura feita segundo regras elementares favorece a tomada de notas, de apontamentos, a realização de resumos e o estudo, propriamente dito. Logo ao início de qualquer curso, o professor indica livros de leitura. Alguns deles são básicos, outros complementares. Há ainda os livros de referência, os dicionários, as enciclopédias, e há os especializados em um ou outro assunto.

Qualquer curso ficaria comprometido, sem a necessária complementação com leituras básicas ou especializadas. Daí a necessidade de consulta à biblioteca ou até mesmo de formação de uma própria, segundo a área de interesse de cada pessoa.

Parece inegável que a leitura proporciona ampliação e integração de conhecimentos, enriquece o vocabulário e melhora a comunicação. Outra grande contribuição da leitura é melhorar o desempenho nas argumentações e nos juízos (MEDEIROS, 2000).

Passos da Pesquisa Bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica compreende: escolha do assunto, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação, redação.

O assunto será delimitado e preciso; ao geral, amplo, será preferido o restrito. Exige, portanto, que seja escolhido assunto condizente com a capacidade do pesquisador, de acordo com suas inclinações e gosto pessoais. Outros fatores que devem ser considerados: tempo para realizar a pesquisa e existência de bibliografia pertinente ao assunto.

Evitem-se assuntos pouco aprofundados ou sobre os quais pouco foi escrito, isto é, cujo conhecimento é ainda duvidoso e superficial.

Depois de escolhido o assunto, passa-se para sua delimitação, o que vem a constituir-se no tema. Favorecem à delimitação do assunto: o uso de adjetivos explicativos e restritivos, de complementos nominais, de adjuntos adverbiais. Exemplos: Redação escolar no Ensino Fundamental. Experiências no ensino de redação para o Ensino Médio. Normas Gerais para os Trabalhos Científicos nos Cursos de Graduação

Após o estabelecimento do tema, que é o assunto devidamente delimitado, passa-se à fase de leitura e fichamento. Há autores que recomendam como passo seguinte o

estabelecimento de um plano provisório. Evidentemente, com o transcorrer da pesquisa, o plano pode ser alterado.

Para a elaboração do plano, leve-se em conta que deverá ter: introdução (formulação do tema, importância dele, justificativa da pesquisa, metodologia a ser empregada); desenvolvimento (fundamentação lógica do trabalho, explicação do tema, discussão, demonstração). O desenvolvimento deve ser dividido em tópicos. Finalmente, a conclusão exige que tudo seja sintetizado (MEDEIROS, 2000, p. 40-42).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações compiladas e apresentadas neste texto cumprem o propósito de contribuir com os pesquisadores em geral – graduandos ou pós-graduandos – no esclarecimento de questões referentes ao planejamento, organização e procedimentos das pesquisas que, porventura, venham a desenvolver durante a permanência em cursos de graduação ou programas de pós-graduação.

Como anunciamos anteriormente, buscamos apresentar conceitos de autores que tratam dessas questões, apresentando também, além dos aspectos importantes na pesquisa qualitativa, outros tipos de pesquisa que se relacionam ou complementam os procedimentos na coleta, análise e apresentação de informações qualitativas. Haja vista que, a pesquisa qualitativa pode e, muitas vezes, necessita ser complementada com recursos de outros tipos de pesquisa como a quantitativa, por exemplo, para atingir os objetivos propostos ou almejados quando do seu planejamento ou da organização, análise e apresentação de seus resultados.

Esperamos, portanto, que as informações aqui contidas esclareçam, complementem e melhorem as condições necessárias para a compreensão do método, dos procedimentos e da utilização de cada tipo ou técnica de pesquisa, necessários para a realização dos estudos. Esperamos, ainda, que essas informações contribuam para a obtenção de resultados que possam ser apresentados como a percepção e a explicação possível da realidade investigada por cada pesquisador.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papyrus, 1995.

COULON, A. **Etnometodologia**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995a.

_____. **Etnometodologia e Educação**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995b.

ENGERS, M. E. A. Pesquisa educacional: reflexões sobre a abordagem etnográfica. In: _____. (Org.). **Paradigmas e Metodologias de Pesquisa em Educação**: notas para reflexão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 65-74.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

FRIGOTO, G. O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 69-90.

GAMBOA, S.S. Tendências epistemológicas: dos tecnicismos e outros “ismos” aos paradigmas científicos. In: SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. **Pesquisa Educacional: Quantidade-Qualidade**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 60-83.

- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- HIRANO, S. **Pesquisa em ciências sociais: projeto e planejamento**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.
- LARA, A. M. B. Fases para elaboração do projeto de pesquisa. **Revista Apontamentos**, n. 7, Maringá: EDUEM, 1992.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feurbach)**. 5. ed. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MASINI, E. F. S. Enfoque Fenomenológico de Pesquisa em Educação. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 59-67.
- MEDEIROS, J. B. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 2000.
- METZLER, A. M.C.; CARPENA, L.B.; BORGES, R. M. R. Fenomenologia como Filosofia e como Método de Investigação em Pesquisa Educacionais. In: ENGERS, M. E. A. (Org.). **Paradigmas e Metodologias de Pesquisa em Ação: notas para reflexão**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 75-83.
- MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MORAES, R. A Análise de Conteúdo: possibilidades e limites. In: ENGERS, M. E. A. (Org.). **Paradigmas e Metodologias de Pesquisa em Ação: notas para reflexão**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p.103-111.
- ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1996.
- REY, L. **Planejar e Redigir Trabalhos Científicos**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1998.
- REZENDE, A. M. **Concepção Fenomenológica da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- SANTOS FILHO, J. C. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa. In: SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. **Pesquisa Educacional: Quantidade-Qualidade**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 07-12.
- SILVA, M. A. L. Refletindo sobre a Pesquisa Participante. In: ENGERS, M. E. A. (Org.). **Paradigmas e Metodologias de Pesquisa em Ação: notas para reflexão**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 75-83.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.